**DISCURSO SOBRE A ADOÇÃO DA POLÍTICA DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC**
**CONTRA O ASSÉDIO SEXUAL**
**PELA HON. SYLVIA ELIZABETH LUCAS-IZAKS,**
**VICE-PRESIDENTE DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC**

*Comemoração dos Dez Anos da Lei Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Infantil e a Proteção das Crianças Já Casadas e Lançamento do Painel Regional de Monitorização do Casamento Infantil*

21 de novembro de 2026

Ezulwini Palazzo, Ezulwini, Reino de Essuatíni

**Excelentíssimo Presidente do Fórum Parlamentar da SADC; Excelentíssimos Presidentes de Parlamento e Deputados; Excelentíssimos Membros da Comissão Executiva; distintos delegados; Secretária-Geral; funcionários e colegas; minhas senhoras e meus senhores.**

É, de facto, uma grande honra estar aqui perante vós hoje e, mais importante ainda, celebrar um passo significativo que damos enquanto região no sentido de reforçar os valores, princípios e normas que definem as instituições que representamos.

Hoje, reunimo-nos como uma orgulhosa região da SADC, onde os legisladores se juntaram não só no exercício das suas responsabilidades parlamentares, mas também numa expressão coletiva do seu respeito pela dignidade humana, pelo Estado de direito, pela igualdade e pela proteção de todas as pessoas.

A apreciação e a adoção de uma Política contra o Assédio Sexual são, portanto, muito mais do que um exercício administrativo ou institucional. É um passo deliberado na direção certa. É uma declaração sobre o tipo de instituição que queremos ser, o tipo de liderança que aspiramos a demonstrar e o tipo de ambiente que desejamos criar para todos os que interagem com o Fórum Parlamentar da SADC.

Devemos reconhecer que as instituições políticas não estão imunes aos desafios que existem nas nossas sociedades. De facto, os próprios cargos que ocupamos trazem frequentemente consigo influência, autoridade e relações de poder desiguais. Estes devem

ser exercidos de forma responsável. Nenhum título político, antiguidade, cargo ou influência deve alguma vez diminuir a dignidade de outra pessoa ou tornar-se base para intimidação, exploração ou conduta sexual indesejada.

O assédio sexual não é simplesmente uma questão de comportamento inadequado. É fundamentalmente uma questão de poder, de respeito e de proteção da dignidade humana. As suas consequências estendem-se para além da pessoa afetada. Mina a confiança, compromete a participação, prejudica a integridade institucional e, em última análise, enfraquece os valores democráticos que nos foi confiado defender.

**Devemos também ser honestos quanto às culturas que, por vezes, permitem que o assédio sexual persista.**

Existem atitudes e práticas sociais que, ao longo do tempo, normalizaram ou desculparam condutas que nunca deveriam ter sido aceitáveis. Por vezes, desvalorizamos o comportamento inadequado como uma brincadeira, sugerimos que é simplesmente a forma como os homens se comportam, desculpamo-lo como parte da nossa cultura ou aconselhamos as pessoas afetadas a tolerá-lo para manter relações, evitar constrangimentos ou preservar a harmonia institucional.

Por vezes, a resposta é que o assunto não é suficientemente grave para merecer atenção. Outras vezes, é tratado como uma questão privada e não como uma questão de responsabilidade institucional.

Temos de contestar estas atitudes.
As nossas culturas são ricas em valores de respeito, dignidade, comunidade e responsabilidade mútua. Devemos preservar e celebrar esses aspetos do nosso património. Mas a cultura nunca deve tornar-se uma justificação conveniente para condutas que violam a dignidade e os direitos de outra pessoa. Nem a tradição, nem o estatuto político, nem a hierarquia institucional devem ser usados para desculpar o assédio.

Devemos ser capazes de distinguir entre preservar a nossa identidade cultural e perpetuar práticas que minam a própria humanidade que procuramos proteger. A cultura não é estática; deve também evoluir em resposta à nossa compreensão coletiva da justiça, da igualdade e da dignidade humana.

É por isso que o desenvolvimento de hoje é tão importante.
Ao dar este passo, demonstramos que estamos preparados para ir além do reconhecimento do problema e estabelecer normas e mecanismos que o abordem. Estamos a dizer que o respeito não deve depender de quem a pessoa é, do cargo que ocupa, do país de onde vem ou da influência que detém.

Queremos que todas as pessoas que participam nas reuniões do Fórum Parlamentar da SADC, todos os Deputados, todos os funcionários parlamentares, todos os membros do pessoal, todos os delegados, todos os visitantes e todos os que entram em contacto com esta instituição saibam que são bem-vindos, valorizados e respeitados.

Queremos que as pessoas possam assistir às nossas reuniões, realizar missões oficiais, participar nos nossos programas e contribuir para o nosso trabalho sem receio de assédio, intimidação ou exploração. Queremos um ambiente em que as relações profissionais se construam sobre o respeito mútuo, em que as oportunidades sejam determinadas pelo mérito e em que ninguém se sinta obrigado a comprometer a sua dignidade para participar ou pertencer.

Ao mesmo tempo, a existência desta política deve garantir a todos que as alegações serão tratadas de forma responsável, imparcial e justa. Os direitos dos queixosos e dos visados devem ser respeitados, e o devido processo deve ser observado. A responsabilização e a equidade não são princípios concorrentes; ambos são essenciais para a justiça institucional.

Excelentíssimos Deputados e distintos colegas,
Devemos orgulhar-nos de ter escolhido levar esta conversa um passo mais além. É fácil para as instituições fazerem declarações sobre direitos humanos, igualdade de género e proteção das pessoas vulneráveis. É muito mais significativo quando estamos preparados para traduzir esses compromissos em salvaguardas institucionais práticas.

Hoje, é precisamente isso que estamos a fazer.
E a nossa responsabilidade não deve terminar com a adoção desta política. Como região, devemos continuar a reforçar a

sensibilização, promover uma liderança responsável, contestar atitudes prejudiciais e garantir que as normas que estabelecemos são aplicadas de forma coerente. Devemos liderar pelo exemplo, porque a nossa credibilidade na defesa dos direitos e da dignidade dos nossos cidadãos é reforçada quando demonstramos esses mesmos valores no seio das nossas próprias instituições.

Que este seja, portanto, recordado como um momento importante na evolução do Fórum Parlamentar da SADC: um momento em que os nossos legisladores afirmaram coletivamente que o cargo público acarreta responsabilidade, que a dignidade humana é inegociável e que o respeito deve ser o alicerce da nossa cultura institucional.

**Hoje, não estamos simplesmente a adotar uma política. Estamos a afirmar uma norma. Estamos a dar o exemplo. E estamos a declarar que todos os que entram na nossa instituição, servem ao nosso lado ou participam no nosso trabalho merecem fazê-lo com dignidade, segurança e respeito.**

Que possamos continuar a construir uma região da SADC cujas instituições parlamentares sejam reconhecidas não só pelas leis que fazem e pelos valores democráticos que promovem, mas também pelas normas de conduta que praticam.

Felicito o Fórum Parlamentar da SADC, a sua liderança e todos os Parlamentos Membros por darem este importante passo.

**Que este seja o início de uma cultura ainda mais forte de dignidade, responsabilização e respeito em toda a nossa região.**

Muito obrigada.